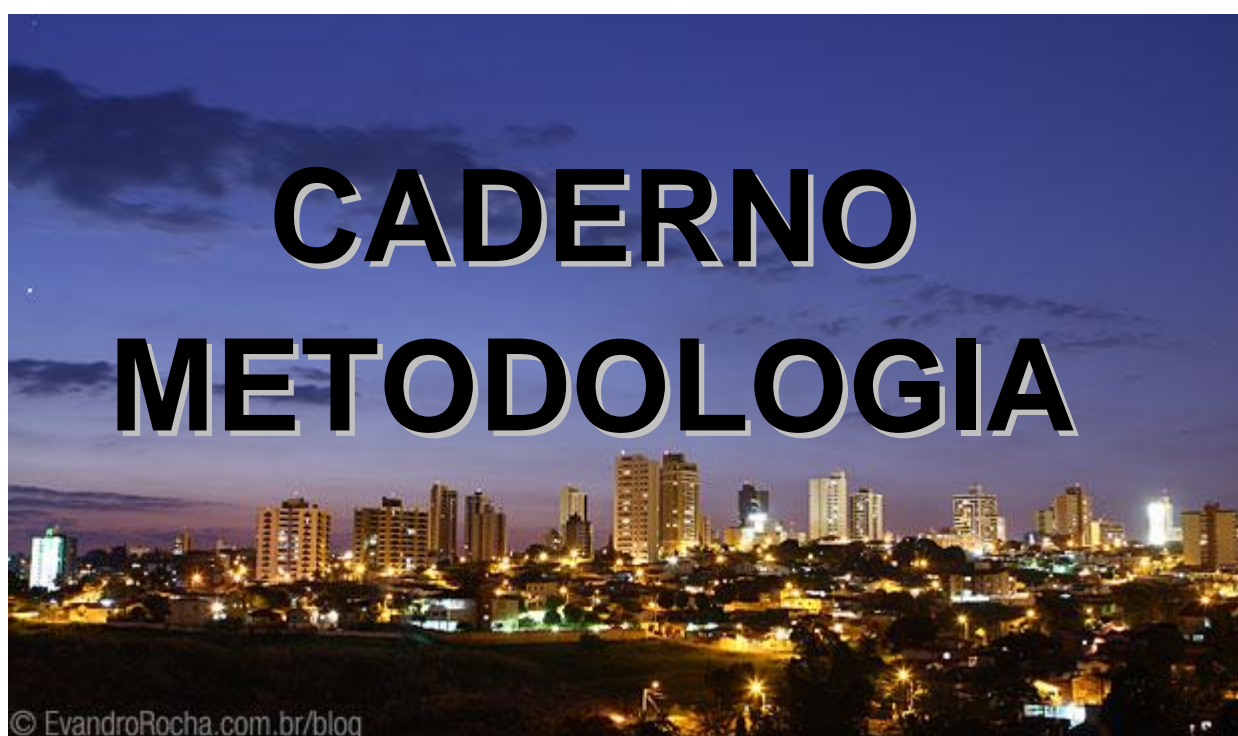




PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE
MARÍLIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Sumário

Índice de Figuras	5
Apresentação.....	6
Introdução.....	7
1. Contexto do PLHIS no município de Marília.	9
1.1. Atores institucionais: capacidade e organização institucional.....	11
1.2.-Atores Sociais: O Conselho de Habitação e Política Urbana de Marília-.....	12
1.3. Base de dados existente e fontes consultadas.....	12
1.4 Situação Institucional do Setor Habitacional e Capacidade Administrativa para a elaboração do PLHIS - Marília	19
1.4.1. Coordenação Municipal.....	19
1.4.2. Equipe técnica municipal.....	19
1.4.2. Núcleo de Apoio – Conselho de Habitação.....	19
2. Conteúdos do PLHIS	21
2.1. Etapa 1: Metodologia	21
2.2. Etapa 2: O diagnóstico.....	22
2.2.1. Sumário proposto para o diagnóstico.....	23
2.3 Etapa 3: A estratégia de ação.....	25
3. Organização do trabalho.....	27
3.1. Proposta Metodológica	27
3.2. Estrutura de coordenação e organização dos trabalhos.....	28
3.2. 1 Visita Técnica ao Município Marília	28
3.2. 2. Reunião com a Coordenação da Prefeitura Municipal.....	28
3.2 Atribuições e responsabilidades das Equipes de Trabalho	29
3.2.1 Atribuições e responsabilidades da Equipe de Coordenação:.....	30
3.2.2 Atribuições e responsabilidades da Assessoria Técnica:	31
3.2.3 Atribuições da Equipe Técnica Municipal:.....	31
3.2.5 Atribuições do Núcleo de Apoio da Sociedade Civil.....	32
4. Prazos e Custos para execução do trabalho	33
4.1 Cronograma Físico	33
4.2 Cronograma Financeiro	35



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

5. Estratégia de comunicação, mobilização, participação social e formas de publicidades.....	36
5.1 Comunicação e mobilização	36
5.2. Participação social.....	37
5.2.1 ETAPA 1: Proposta Metodológica	37
5.2.1. a) Proposta metodológica	37
5.2.1. b) Capacitação das Equipes Técnicas e Núcleo de Apoio.....	38
5.2.2. ETAPA 2: Diagnóstico	39
5.2.2. a) Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio).....	39
Parei aqui. Amanhã termino e revejo tudo. Boa noite. Erro! Indicador não definido.	
5.2.2. b) Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio).....	40
5.2.3. ETAPA 3: Estratégia de Ação	40
5.2.3. a) Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio).....	40
5.2.3 b) Audiência Pública.	40
5.3 Formas de publicidades.....	40
5.4 Formas de articulação com outros programas e ações.	41
6. Registro dos eventos	42



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Índice de Tabelas

Tabela 1. Informações, Fontes e Responsabilidades	15
Tabela 2 Equipe técnica de apoio municipal.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 3. Equipe de Apoio.....	20
Tabela 4. Equipe de Assessoria Técnica	21
Tabela 5. Planilha de Atividades	33
Tabela 6. Cronograma de Atividades.....	33
Tabela 7. Cronograma do Plano Local de Habitação de Interesse Social	34
Tabela 8. Cronograma de Atividade e Desembolso.....	35
Tabela 9. Previsão de Desembolso de Recursos	35



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Índice de Figuras

Figura 1: Quadro demonstrativo da Etapa Metodológica do PLHIS.....	22
Figura 2: Fluxograma Diagnóstico	23
Figura 3: Fluxograma Etapa III - Estratégia de Ação	26
Figura 4: Organograma da Estrutura de Organização do PLHIS-Marília	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Apresentação

A proposta metodológica (produto I) utilizada na elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Marília compreende tanto os procedimentos de elaboração do PLHIS como os mecanismos de efetivação da participação da sociedade no processo de construção do documento. Ela é o primeiro produto do contrato Nº 956/09, firmado entre a Prefeitura Municipal de Marília e a empresa INDEP-Instituto de Desenvolvimento Pessoal.

Os serviços iniciaram-se com a discussão dos objetivos gerais do Plano Local de Habitação de Interesse Social — os quais foram pautados nas instruções do Ministério das Cidades —, seguida de uma breve contextualização do PLHIS em Marília, visando caracterizar o município e identificar os atores institucionais e sociais, no que se refere à capacidade e organização institucional do município.

Além disto, foram mapeadas as principais bases de dados existentes nos mais variados níveis (federais, estaduais e municipais), as quais contribuíram para a elaboração do diagnóstico. Finalizando a contextualização do município, avaliou-se, de modo geral, a situação do setor habitacional, no que tange à capacidade administrativa.

Após a identificação do município, buscou-se traçar os conteúdos a serem tratados nas três etapas do trabalho (Metodologia, Diagnóstico e Estratégia de Ação), com uma proposta de sumário para o diagnóstico, a qual orientou a organização e sistematização das informações coletadas e trabalhadas neste PLHIS. Ressalte-se que a proposta inicial de sumário apresentado sofreu poucas alterações ao longo do trabalho.

Para a organização do trabalho, foram discutidas a proposta metodológica, a estrutura de coordenação e a organização dos trabalhos, equipes necessárias, atribuições e responsabilidades das equipes. Foram traçados, ainda, os prazos e custos para a execução do trabalho, com o cronograma físico e financeiro.

Foco de importantes debates foram as estratégias de comunicação, mobilização, participação social e formas de publicidade. Buscou-se estabelecer como seriam as formas de participação social em cada etapa do trabalho, bem como as formas de apresentação final do PLHIS e a forma de registros dos eventos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Introdução

É impressionante a dívida social acumulada no Brasil em relação à carência habitacional. Esta é a constatação inicial no documento que instaura a nova Política Habitacional brasileira. Para enfrentar esse quadro, é preciso mais do que recursos financeiros – importantíssimos – ou simplesmente vontade política. É necessário planejar, enfrentar o problema no tempo, estabelecer pactos para a busca de soluções. (BRASIL, 2004. p.7)

A Política Nacional de Habitação, colocada em prática em 2004, contribuiu para mudanças no cenário habitacional do país ao mobilizar recursos nas esferas federal, estadual e municipal, e ao fundamentar-se nos princípios da democratização, controle social e transparência nos procedimentos decisórios.

Para elaborar tal Política, vários atores contribuíram, participando ativamente em seminários sob o comando do Comitê Técnico de Habitação, momentos nos quais discutiram-se diversas propostas, as quais foram enviadas para apreciação do Conselho, com o intuito de serem regulamentadas na forma da lei.

O Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS) e seu Conselho Gestor foram criados através da aprovação da Lei Federal nº. 11.124/05, quando foram estabelecidas as condições legais e institucionais para a consolidação do setor habitacional como política de Estado. A Lei fundamenta-se nos seguintes objetivos:

I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Para ter acesso aos recursos do FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, os estados e municípios deverão fazer adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Quando da adesão ao Sistema, o ente federado firma o compromisso da elaboração ou revisão dos seguintes instrumentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;
- Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS;
- Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social – CG-FHIS.

O termo de adesão do Ministério das Cidades estabelece que o conteúdo do Plano Local de Habitação de Interesse Social é composto pelo diagnóstico do setor habitacional, pelas diretrizes, objetivos, linhas programáticas, fontes de recursos, metas e indicadores que expressem o entendimento dos governos locais e agentes sociais.

O PLHIS deve, ainda, conter o planejamento local do setor habitacional, com definições do plano de ação para enfrentar os principais problemas do município, especialmente os relacionados à habitação de interesse social, com o objetivo de promover o acesso à moradia. Ou seja, o PLHIS é um instrumento político-administrativo que implementa programas, metas e ações no intuito de superação do déficit habitacional e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente das famílias de baixa renda (0 a 3 salários mínimos).

Marília, interior de SP, aderiu ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e foi contemplada com recursos necessários para contratação de consultoria para elaborar o PLHIS. O contrato de Assessoria Técnica deu-se através de licitação pública, na modalidade Edital Convite n.º 20/09, sendo vencedora a empresa INDEP - Instituto de Desenvolvimento Pessoal Ltda., da mesma cidade.

Em linhas gerais, o Plano de Habitação de Interesse Social de Marília tem como objetivos:

- conhecer a situação habitacional do município;
- favorecer a articulação com os demais programas sociais;
- oportunizar a participação dos diversos segmentos da sociedade, em especial as instâncias do orçamento participativo;
- estabelecer diretrizes, programas e metas priorizando a população de baixa renda, em consonância com o resultado das oficinas do plano;
- resgatar a questão da regularização urbana e fundiária em consonância com a lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Marília nº 480/06.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1. Contexto do PLHIS no município de Marília.

As orientações do Ministério das Cidades sobre a elaboração de PLHIS sinalizam que o contexto se refere não apenas ao mapeamento dos atores institucionais e sociais, mas também à base de dados existente e à capacidade de elaboração deste Plano. Assim, foi necessário traçar o contexto no qual o surge o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Marília, tendo em conta sua articulação com os outros planos existentes no município.

Marília está localizada a 443 km da capital de São Paulo, com 225.938 habitantes (fonte:www.ibge.gov.br/cidadesat, 2009) e apresenta um déficit habitacional de aproximadamente 7.000 unidades, o que gerou interesse do município em identificar a real situação da população, através da elaboração do perfil de seus moradores e do seu diagnóstico social.

O objetivo fundamental da política urbana do município de Marília, apresentado em seu Plano Diretor, Lei Complementar Nº 480, de 09 de outubro de 2006, é o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações

Releva mencionar que o Plano Diretor é parte integrante do Processo de Planejamento Municipal, sendo que o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual são incorporados nas diretrizes e prioridades, norteados pelos seguintes princípios:

- I. função social da cidade;
- II. função social da propriedade;
- III. sustentabilidade urbana;
- IV. gestão democrática e participativa;
- V. respeito ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

O Plano Diretor, na seção II- Habitação, prevê: garantir o acesso à terra urbanizada e à moradia, ampliando a oferta e as condições de habitabilidade da população de baixa renda; estimular a produção, de forma organizada no território, das habitações de interesse social pela iniciativa privada; implementar programas habitacionais para implantação de moradias próximas às regiões adensadas, tanto na



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

zona urbana quanto nos distritos e garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental nos programas habitacionais.

Para a consecução da política habitacional, no artigo 9º do Plano Diretor, está pautado que deverão ser adotadas as seguintes diretrizes gerais:

- ✓ promoção da requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares em todas as áreas do município;
- ✓ implementação da estrutura administrativa de enfrentamento dos aglomerados subnormais;
- ✓ utilização dos instrumentos jurídicos previstos nesta lei complementar para a consolidação das ações;
- ✓ impedimento de novas ocupações irregulares;
- ✓ inibição do adensamento e ampliação dos núcleos habitacionais de baixa renda;
- ✓ instituição de programa de ocupação para pequenas áreas, dotadas de infraestrutura, por vilas habitacionais ou outras formas de parcelamento do solo que permitam o acesso ao lote urbanizado;
- ✓ instituição de programa municipal de habitação;
- ✓ revisão da lei de parcelamento de solo para fins de habitação de interesse social; e
- ✓ implantação de programa de moradia para pessoas com deficiência e a viabilização das propostas das audiências públicas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1.1. Atores institucionais: capacidade e organização institucional municipal

Uma das atribuições da Secretaria de Planejamento Urbano de Marília é estruturar a política habitacional no município e implantar projetos de interesse social. Assim, coube a ela a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social. Em 2009, foi criada uma Divisão de Moradia e Desfavelamento, visando concentrar as ações direcionadas à habitação no município. Este setor foi o responsável por coordenar os trabalhos com os demais setores da Prefeitura ligados à habitação. A administração municipal é composta por diversas secretarias; destas, as que contribuíram de forma ativa para a elaboração do Plano foram:

1. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
2. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
3. Procuradoria Geral;
4. Secretaria Municipal de Obras Públicas;
5. Secretaria Municipal de Assistência Social;
6. Secretaria Municipal de Saúde;
7. Secretaria de Administração;
8. Secretaria do Meio Ambiente;
9. Secretaria de Fazenda;
10. Secretaria Indústria e Comércio;
11. Secretaria Municipal de Economia e Planejamento;

Além dessas secretarias, outros órgãos municipais participaram da realização do PLHIS, pois são membros direto do conselho de Habitação e Política Urbana. São eles: CODEMAR- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília; DAEM - Departamento de Água e Esgoto de Marília; EMDURB- Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Marília; CPD - Centro de Processamento de Dados, e as Subprefeituras dos distritos de Padre Nóbrega, Amadeu Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio e Rosália.

Para elaboração do PLHIS, contou ainda com a assessoria técnica da empresa INDEP-Instituto de Desenvolvimento Pessoal, o qual se deu através de processo licitatório, resultado do contrato Nº 956/09



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1.2.-Atores Sociais: O Conselho de Habitação e Política Urbana de Marília-

No município de Marília existe o Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana, que foi criado pela Lei Complementar nº 480, de 09 de outubro de 2006, tendo sido alterado pela Lei complementar 589, de 30 de dezembro de 2009, para adequar a distribuição das entidades representativas, bem como instituir o caráter deliberativo ao conselho. Assim, pode-se afirmar que todas as entidades que atuam no ramo habitacional estão contempladas no conselho. Neste sentido, o conselho se apresenta como o espaço que congrega o maior número de atores sociais relacionados com habitação, tendo em sua composição:

1. Representantes de Empresários:
 - a. setor imobiliário;
 - b. setor da construção civil;
 - c. setor econômico.
2. Representantes de movimentos sociais:
 - a. setor dos movimentos de habitação;
 - b. Sindicato de trabalhadores;
 - c. Associações de moradores.
3. Representantes de organizações não-governamentais:
 - a. ligados à preservação de patrimônio natural e cultural;
 - b. categoria profissional relacionada ao desenvolvimento urbano;
 - c. Instituição de ensino e de pesquisa.
4. Conselhos:
 - a. conselhos municipais afins.

Assim o envolvimento dos mais variados atores sociais com o Plano Local de Habitação de Interesse Social foi conseguido através do conselho, visto que estes atores já estão envolvidos com a problemáticas habitacional. Além disto, devido sua composição toda a sociedade civil está representada principalmente as relacionadas a habitação.

1.3. Base de dados existente e fontes consultadas

Para a composição do diagnóstico, foram levantados dados nas fontes públicas e oficiais, bem como em estudos já realizados no âmbito federal, estadual e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

municipal. Sobre a precariedade habitacional, é importante mencionar que recentemente o município realizou um cadastro social nos aglomerados subnormais e distritos, permitindo assim dados atualizados. Além disto, o município também possui sistema de georrefenciamento com fotos aéreas atualizadas, o que permite confrontar os dados cadastrais com a identificação visual.

As principais fontes identificadas para este tipo de consulta foram:

- Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;
- Caixa Econômica Federal;
- Censo Demográfico (IBGE);
- DATASUS – Ministério da Saúde;
- ERPLAN – Escritório Regional de Planejamento;
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP;
- Google Earth;
- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- METROPLAN – Cartografia e Estatísticas;
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. SNHIS / FNHIS;
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados;
- SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Ministério das Cidades;
- SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – Ministério das Cidades;
- CDHU: Companhia De Desenvolvimento Urbano;
- SEH – Secretaria Estadual de Habitação;
- SENAG – Secretaria de Engenharia;
- SITE da Câmara Municipal;
- SITE da Prefeitura do Município;
- Cadastro Social da Prefeitura Municipal;
- Cadastro Municipal do Programa Minha casa, meu sonho;
- Sistema de Georreferenciamento do Município;
- Grupos de Pesquisa e Ensino Universitários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Seguindo a sugestão do Ministério das Cidades para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, foram mapeadas e sistematizadas em um quadro as informações necessárias, as possíveis fontes e as responsabilidades, as quais serviram de base para coleta e elaboração do diagnóstico do setor habitacional no Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Tabela 1. Informações, Fontes e Responsabilidades

ASSUNTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTES	RESPONSÁVEL
Caracterização geral do município	- Breve histórico - Aspectos Geográficos - Demografia. - Taxa de Urbanização	1- Material Publicado 2- Mapas 3. IBGE 4. Seade	1- Prefeitura 2- Consultoria 3- Consultoria 4- Consultoria
Inserção regional e aspectos econômicos	- Economia local: perfil das atividades instaladas e do emprego. - Principais indicadores econômicos	1- Seade. 2. IBGE.	1- Consultoria 2- Consultoria
	- Papel (ou funções) do município no quadro regional.	1. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. 2. IBGE.	1- Prefeitura 2- Consultoria
	-Deslocamentos intra e intermunicipais. - Nesse aspecto há dependência entre o município e a região?	1. Prefeitura. 2. IBGE 3. Planos, programas ou projetos da Prefeitura na área de mobilidade urbana.	1. Prefeitura 2- Consultoria. 3.Prefeitura
	-Problemas locais que demandam soluções regionais.	1. Prefeitura.	1- Prefeitura
	- Há assentamentos em áreas de divisa intermunicipal ou que usem serviços de outro município?	1 - Informações da Prefeitura da existência e caracterização dos assentamentos	1- Prefeitura
Atores sociais e Suas Capacidades	Identificação dos movimentos sociais de moradia, sociedades e associações de bairro.	1. Prefeitura	1. Prefeitura
	Entidades participantes do Conselho Municipal de Habitação	1. Secretaria de Planejamento Urbano	1. Prefeitura
	Entidades empresariais representativas: Imobiliárias, Construtoras, CRECI, sindicatos.	1. Indicação das entidades existentes em Marília 2. Caracterização de cada entidade	1. Prefeitura 2. Consultoria
	Associações de classe como CREA, OAB, Associação de Engenheiros e Arquitetos, etc.	1. Indicação das entidades existentes em Marília 2. Caracterização de cada entidade	1. Prefeitura 2. Consultoria
	Entidades do poder público estadual e federal	1. Indicação das entidades existentes em Marília 2. Caracterização de cada entidade	1. Prefeitura 2.Consultoria
	Verificar se há outras entidades que são atores na questão habitacional	1. Indicação das entidades existentes em Marília 2. Caracterização de cada entidade	1. Prefeitura 2. Consultoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Continuação da tabela 1. Informações, Fontes e Responsabilidades

ASSUNTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTES	RESPONSÁVEL
Condições Institucionais e administrativas (Planejamento e gestão habitacional, Programas e Projetos Habitacionais, Capacidade administrativa e de aplicação de recursos próprios para melhorias habitacionais)	Estrutura da Secretaria de Planejamento: tamanho da equipe e formação dos funcionários que trabalham nas áreas de habitação e desenvolvimento urbano.	Texto caracterizando a situação real da Secretaria de Planejamento	Prefeitura
	Competências das unidades administrativas direta ou indiretamente relacionadas à questão habitacional	Lei de Reforma Administrativa	Prefeitura
	Composição e competências das instâncias participativas (Conselho e Fundo). Condições Institucionais: informar se há orçamento participativo	Legislação sobre Conselho Municipal e Fundo. E outras informações da Prefeitura	Prefeitura
	Identificação, mapeamento e caracterização de programas e projetos implementados pela Prefeitura de Marília	Relatórios do Departamento de Habitação	Prefeitura
	Identificação e descrição dos programas habitacionais do município (urbanização, regularização fundiária e produção habitacional)	Relatórios do Departamento de Habitação	Prefeitura
	Identificação e descrição dos principais projetos habitacionais, população beneficiada, recursos, fontes de financiamento, etc...	Relatórios do Departamento de Habitação	Prefeitura
	Identificação e caracterização dos programas habitacionais em andamento prontos com unidades à venda. Caracterização das tipologias produzidas nos programas e os custos de produção.	Relatórios do Departamento de Habitação	Prefeitura
	Capacidade Administrativa em 2005 e 2009 Programas Habitacionais implementados em 2005-2009	Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Habitação	Prefeitura
	Gasto médio per capita com habitação (2006-2009); porcentagem em relação ao gasto total. Receitas próprias e potencial de arrecadação 2006-2009	Balancete da receita dos exercícios: 2009- 2008 - 2007 -2006 - 2005 balancete da despesa por função dos exercícios 2009- 2008 - 2007 -2006 – 2005; balancete, por natureza da despesa, dos exercícios 2009- 2008 - 2007 -2006 - 2005 Relatório de gestão fiscal para o exercício de 2010	Prefeitura
Análise dos Marcos Normativos	Plano Diretor, lei de uso e ocupação do solo, código de obras, código de posturas, legislação ambiental própria, lei de Zeis, Conselho e Fundo Municipal de habitação e outras.	1- Leis municipais; 2- Leis Estaduais e Federais;	1- Prefeitura 2- Consultoria
	Instrumentos urbanísticos aplicados na política habitacional: ZEIS, IPTU, preempção, outros.	1- Plano Diretor de Marília	1- Prefeitura
	Legislação superveniente: estadual, ambiental, da SPU.	1- Prefeitura, SPU	1- Consultoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Continuação da tabela 1. Informações, Fontes e Responsabilidades			
ASSUNTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTES	RESPONSÁVEL
Oferta Habitacional	Identificação e caracterização das unidades produzidas pelo setor privado nos últimos 5 anos.	1. Empresas e entidades da construção civil; 2 Cooperativas habitacionais da cidade; 3 Caixa Econômica Federal.	1. Prefeitura 2. Consultoria 3. Prefeitura
	Unidades habitacionais (unifamiliares) produzidas pelo beneficiário final com financiamento da CEF.	1. Caixa Econômica Federal.	1. Prefeitura 1. Consultoria
	Número de habitações licenciadas (aprovação e/ou habite-se) de nos últimos 05 anos: de 2005 a 2009.	Secretaria de Obras.	Prefeitura
	Número de loteamentos aprovados e executados, últimos 05 anos: de 2005 a 2009.	Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento.	Prefeitura
	Identificação e quantificação das áreas disponíveis para habitação nos próximos 05 anos.	Secretaria de Planejamento.	Prefeitura
	Custo médio do m ² da construção em diferentes regiões da cidade.	Secretaria de Planejamento.	Prefeitura
	Custo médio do m ² do lote em diferentes regiões da cidade.	Secretaria de Planejamento.	Prefeitura
Evolução Urbana e História da Habitação	Evolução urbana local.	1. Site da Prefeitura; 2.- Mapas de datas anteriores: evolução urbana (arquivo da Prefeitura); 3. Histórico das ocupações – texto resumo; 4. Acervo fotográfico.	1- Consultoria 2- Prefeitura 3- Prefeitura 4- Prefeitura
	Crescimento da informalidade (assentamentos precários)	1- Evolução das ocupações em assentamentos precários.	1- Prefeitura
	Habitação social. Ação governamental: número de conjuntos e unidades habitacionais (com localização e faixa de renda dos beneficiados) produzidos até o momento pela CDHU e CEF.	1. Identificação dos projetos públicos.	1- Prefeitura
	História da luta por habitação	1. lideranças (para fazer a história da habitação	1- Consultoria a partir de indicações da Prefeitura.
	O problema habitacional na região e município: estimativa de domicílios e população em assentamentos.	PLANO Diretor de Marília1-CEM / Cebrap	1- Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Continuação da tabela 1. Informações, Fontes e Responsabilidades			
ASSUNTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTES	RESPONSÁVEL
Precariedade Habitacional	Identificação, caracterização e mapeamento dos assentamentos precários.	1-Prefeitura: cadastros do Departamento de Habitação; 2- IBGE.	1.Prefeitura 2- Consultoria
	Identificação de habitação em áreas rurais.	1 Dados da Prefeitura.	1- Prefeitura
	Identificação dos assentamentos que ocupam APPs e demarcação das APPs.	1- Dados da Prefeitura.	1- Prefeitura
	Identificação do grau de conservação ou deterioração dos conjuntos habitacionais.	1 -Dados da Prefeitura.	1- Prefeitura
	Estimativa da população moradora nos assentamentos precários.	1- Cadastros do Departamento de Habitação; 2- IBGE.	1- Prefeitura 2- Consultoria
	Perfil socioeconômico da população moradora em assentamentos precários.	1- Cadastros do Departamento de Habitação; 2- IBGE.	1- Prefeitura 2- Consultoria
Situação Fundiária dos Assentamentos	Identificação da propriedade das áreas ocupadas, tanto as públicas quanto as privadas, em área urbana e rural.	1- Plano Diretor 2-Comissão Especial de Regularização do Parcelamento do Solo Urbano	1- Prefeitura 2- Prefeitura
	Identificação das terras da União ocupadas por assentamentos precários.	1- Secretaria do Patrimônio da União - SPU	1- Consultoria
	Identificação dos loteamentos irregulares e do tipo de irregularidade.	1- Mapa em AutoCad	1- Prefeitura
Déficit habitacional	Déficit quantitativo ajustado.	IBGE/FJP Banco de Dados da Prefeitura	Consultoria
	Déficit qualitativo.	IBGE/FJP	Consultoria
Projeções Habitacionais (déficit futuro)	Déficit quantitativo futuro	Seade	Consultoria
Produção Habitacional	Custo da Terra Bruta para a produção habitacional	1. Secretaria de Planejamento 2. Secretaria de Cadastro 3. Imobiliárias/ construtoras	1. Prefeitura 2. Prefeitura 3. Consultoria
	Custo da Unidade habitacional	1. Secretaria de Planejamento 2. SINAP	1. Prefeitura 2. Consultoria

Fonte: Adaptado de Caderno EAD-PLHIS, 2009 p. 79 a 82



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1.4 Situação Institucional do Setor Habitacional e Capacidade Administrativa para a elaboração do PLHIS - Marília

O papel de estruturar a política habitacional no município e implantar projetos de interesse social é de responsabilidade atualmente da Secretaria de Planejamento Urbano de Marília, a qual conta com uma Divisão de Moradia e Desfavelamento. Desta Secretaria, os profissionais abaixo participaram da elaboração do PLHIS. Além deles, houve a participação de funcionários da Emdurb e da Procuradoria Geral do Município.

1.4.1. Coordenação Municipal

Isaias Antonio Marroni- Coordenador de Projetos de Moradia e Desfavelamento- Arquiteto Urbanista

Laerte O. Rojo Rosseto - Secretário de Planejamento Urbano- Arquiteto

1.4.2. Equipe técnica municipal

Funcionário	Função	Órgão/Departamento
Elpídio Benedito Coneglian	Diretor de Projetos	Secretaria de Planejamento Urbano
Gisele Ribeiro M. Azevedo	Assessora Jurídica	Coordenadoria de Desfavelamento
Gláucia Elaine Baio Guijo	Escriturária/Agente Municipal de Habitação	EMDURB
Roberto Luis Melges Elias	Coordenador de Intervenções Urbanas e Viárias	Secretaria de Planejamento Urbano
Carmen Silvia Carvalho	Socióloga - Coordenadora de Planejamento Urbano	Secretaria de Planejamento Urbano
Rodolfo Carlos da S. Ballielo	Engenheiro Civil	Secretaria de Planejamento Urbano
William Alves Bernal	Advogado	Procuradoria Geral

1.4.2. Núcleo de Apoio – Conselho de Habitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Para dar suporte ao debate, bem como intermediar as discussões com a sociedade civil, foi instituído um núcleo de apoio, composto pelos seguintes membros do Conselho de Habitação, visto que sua composição garante a representatividade das mais diversas esferas da sociedade civil organizada:

Tabela 2. Equipe de Apoio			
Dimensão	Departamentos	Nº	Nomes Técnicos
Representantes de Empresários	Setor Imobiliário	2	Oriovaldo Alves Giraldi Rogério Eduardo dos Santos
	Setor da Construção civil	2	Lúcio de Carvalho Marques Filho Calim Gadia Filho
	Setor Econômico	2	Itiro Ikeda José Geraldo Garla
Representantes de movimentos sociais	Setor dos movimentos de habitação	2	Oziane Batista dos Santos Vera Lúcia Novaes
	Sindicato de trabalhadores	4	Décio Trindade Junior Adelson da Silva Monteiro Marcelo Bertonci Roberto Mitsuo
	Associações de moradores.	5	José Bassiga da Cruz Darcy Bueno da Silva Albino Brumati Murcia Hisao Ishida Doracide Oliveira Enega
Representantes de organizações não-governamentais	Organizações não Governamentais: ligadas à preservação de patrimônio natural e cultural,	1	Luís Eduardo Diaz Toledo Martins
	Organizações não Governamentais: categoria profissional relacionada ao desenvolvimento urbano	2	Carlos Alberto dos Santos Mattos Jose Luiz de Oliveira Lyrio
	Organizações não Governamentais: Instituição de ensino e de pesquisa.	1	Marcelo Fernandes de Oliveira
Conselhos	conselhos municipais afins.	2	Rui Albano Barbosa Sérgio Ricci

A empresa de consultoria contratada foi responsável por elaborar estudos, pesquisas e a formulação de proposições relacionadas ao PLHIS – Marília. Tal trabalho contou com o apoio da equipe técnica do município, que foi responsável por disponibilizar os dados e informações necessários, sistematizar informações, produzir insumos, acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela consultoria, tomar decisões relativas à metodologia a ser empregada na condução dos debates com a população e analisar os produtos elaborados em cada uma das etapas de trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Para a execução dos trabalhos pela empresa contratada, foram necessárias duas equipes: a primeira, diretamente ligada à empresa, e a segunda, de consultores, composta pelos seguintes membros:

Tabela 3. Equipe de Assessoria Técnica	
Equipe da empresa:	Equipe de Consultores:
Dalzira Pereira - Assistente Social, Prof. Paulo Roberto Medeiros da Silva - Administrador Profa Ms. Sandra Paula Daura de Almeida – Socióloga	Profa. Dra. Maria Ester Braga Faria – Assistente Social Ramon Destro Abdo – Arquiteto Eduardo Rino- Economista.

2. Conteúdos do PLHIS

2.1. Etapa 1: Metodologia

O primeiro produto do PLHIS, conforme instrui o Ministério das Cidades, corresponde ao documento intitulado Metodologia, que contém, detalhadamente, o planejamento, bem como os relatórios das atividades executadas ao longo do processo de elaboração do Plano. A realização dos trabalhos seguiu a dinâmica apresentada no fluxograma a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

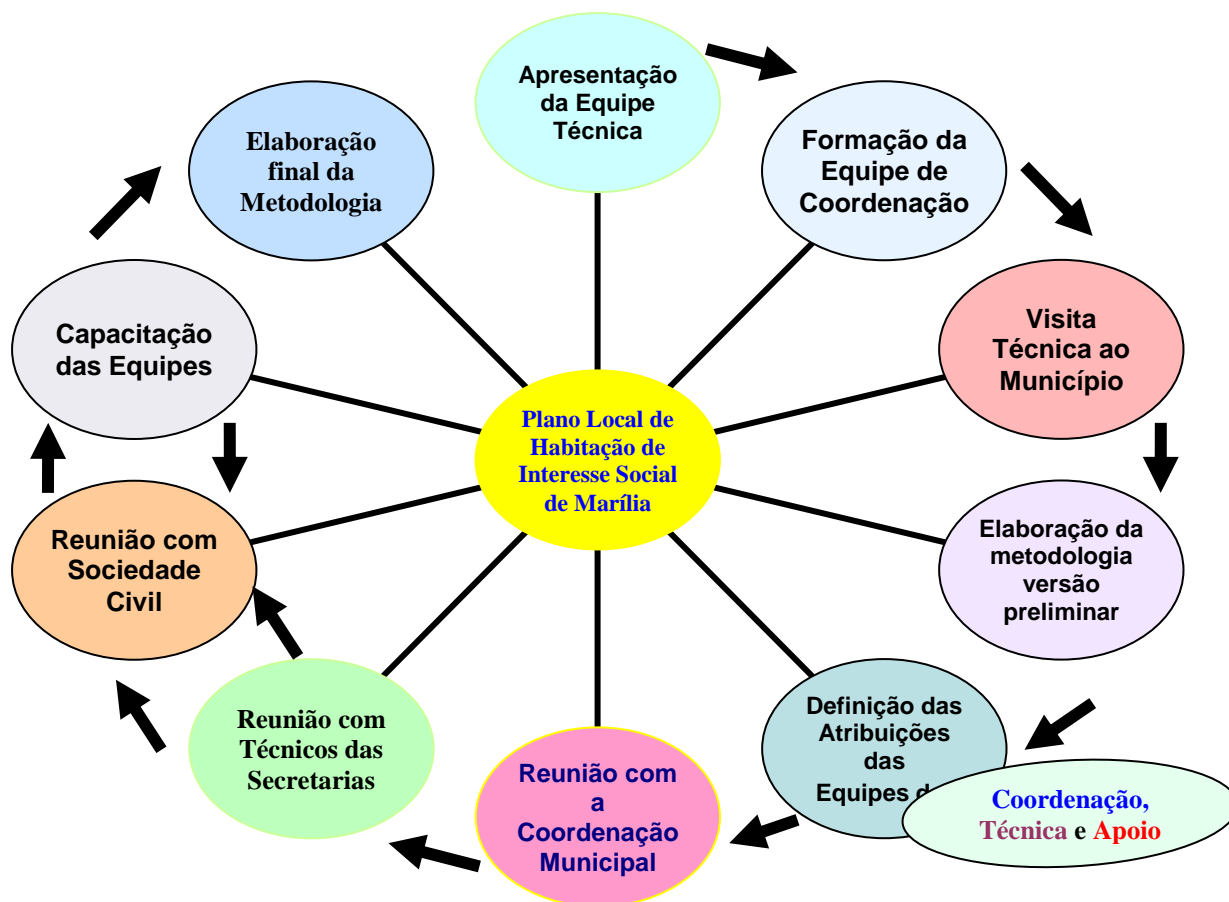


Figura 1: Quadro demonstrativo da Etapa Metodológica do PLHIS

2.2. Etapa 2: O diagnóstico

Esta segunda etapa — diagnóstico — de Marília deu-se através do levantamento, em órgãos competentes, de dados que mostraram a situação habitacional do município. Este material foi discutido pela equipe do PLHIS e, posteriormente, apresentado à comunidade para nova discussão, de acordo com o que regem as normas para elaboração do Plano. Os resultados desta análise foram a base para a construção das diretrizes e objetivos relacionados às estratégias de ação, que também formam discutidas com a comunidade na Etapa III. Tais elementos compuseram um conjunto de mapas com a espacialização dos dados coletados, indicando os locais de potencial intervenção através de programas definidos nas estratégias de ação da Etapa III do PLHIS.

Nas etapas 2 e 3 previstas para o PLHIS, foi elaborada uma análise da realidade existente no município de Marília. Buscou-se, também, realizar uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

prospecção da realidade desejada pelos cidadãos. Estas duas formas de leitura ocorreram simultaneamente, conforme descrição a seguir

- a) **Análise da Realidade Existente:** a descrição da realidade existente em Marília foi obtida por meio da sistematização e análise das informações produzidas. Através de séries históricas e análises prospectivas, foi possível delinear as tendências do desenvolvimento municipal, juntamente com os riscos e pontos críticos. Foi nesta etapa que a equipe da Assessoria Técnica, a Equipe Técnica Municipal e o Conselho Gestor tomaram conhecimento das informações acerca da realidade atual do Município, homogeneizando e democratizando impressões e conhecimentos individuais.
- b) **Prospecção da Realidade Desejada:** Consistiu na identificação dos princípios básicos e estratégias que nortearam não só a elaboração do Plano, como também de todo o processo de planejamento do município de Marília na área de Habitação de Interesse Social, a partir dos anseios e necessidades dos cidadãos.

➤ FLUXOGRAMA

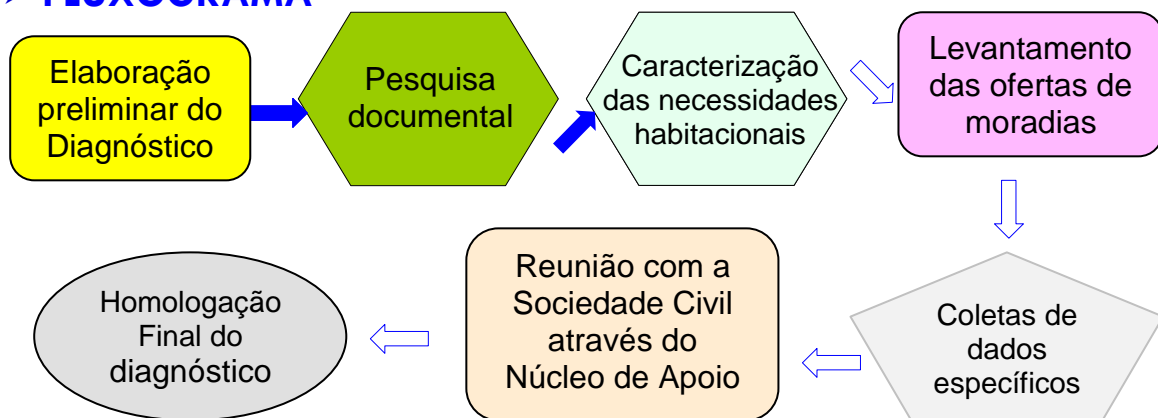


Figura 2: Fluxograma Diagnóstico

2.2.1. Sumário proposto para o diagnóstico

Pautados nas necessidades demonstradas pelo emprego desta metodologia, bem como nas orientações do Ministério das Cidades para a elaboração do PLHIS, após o levantamento da informações, foi proposta a seguinte distribuição dos temas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Parte 1 Contexto

1. CACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

- 1.1 Breve Histórico Sobre o Município de Marília
- 1.2. Aspectos Geográficos
- 1.3. Aspectos Demográficos
- 1.4. Urbanização
- 1.5. Inserção Regional
- 1.6. Aspectos Econômicos

2. ATORES SOCIAIS E SUAS CAPACIDADES

3. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

3.1 Planejamento e Gestão Habitacional: Competências e Recursos

3.1.1 Administração direta

3.1.2 Administração indireta- Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Marília - EMDURB

3.2. Capacidade de aplicação de recursos próprios para melhorias habitacionais

3.3. Histórico da Habitação dos Programas e Projetos

4. MARCOS REGULATÓRIOS E LEGAIS

4.1 Legislação Federal

4.2 Legislação Estadual

4.3. Legislação Municipal

5. OFERTA HABITACIONAL

5.1. Caracterizando a estrutura urbana de Marília

5.2. Disponibilidade de Solo Urbanizado

5.3. Histórico de oferta habitacional de Marília

PARTE 2: Necessidades Habitacionais

6. Precariedade Habitacional

6.1. Cortiços

6.2. Núcleos habitacionais degradados

6.3 Favelas

6.4 Distritos

6.5. Custos da intervenção

6.6. Quadro geral da precariedade habitacional municipal

6.7. Ajustes na metodologia sobre a precariedade Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

7. DÉFICIT HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA.

7.1 Cadastro Municipal de Demanda Habitacional de Marília.

7.2 Caracterização do Déficit Habitacional **Erro! Indicador não definido.**

8 PROJEÇÃO DA NECESSIDADE DE NOVOS DOMICÍLIOS EM FUNÇÃO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE MARÍLIA ATÉ 2020

9. PRODUÇÃO HABITACIONAL

9.1. O custo da terra para a produção habitacional

9.2. Tipologias e custo da produção habitacional

9.3. Custo final da produção habitacional

10. SÍNTESE DOS LEVANTAMENTOS DAS NECESSIDADES DE NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS EM MARÍLIA

11. LINHAS PROGRAMÁTICAS, RECURSOS E FONTES

11.1. Programas e Ações Federais

11.2. Programas e Ações Estaduais

2.3 Etapa 3: A estratégia de ação

Nesta etapa — a última do Plano de Habitação de Interesse Social —, foram formuladas as propostas para enfrentamento da demanda habitacional.

O objetivo, aqui, foi definir as propostas para solucionar ou minimizar os problemas habitacionais levantados no Diagnóstico, estabelecendo metas, recursos, indicadores e definindo a forma de monitoramento, avaliação e revisão das ações. As etapas para a elaboração deste produto foram as seguintes:

- + Versão Preliminar das Estratégias de Ação;
- + Definição de Diretrizes e Objetivos;
- + Definição dos Programas e Ações;
- + Definição das Metas, Recursos e Fontes de Financiamento;
- + Definição dos Indicadores;
- + Monitoramento, Avaliação e Revisão;
- + Versão Final das Estratégias de Ação;
- + Homologação da Versão Final das Estratégias de Ação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

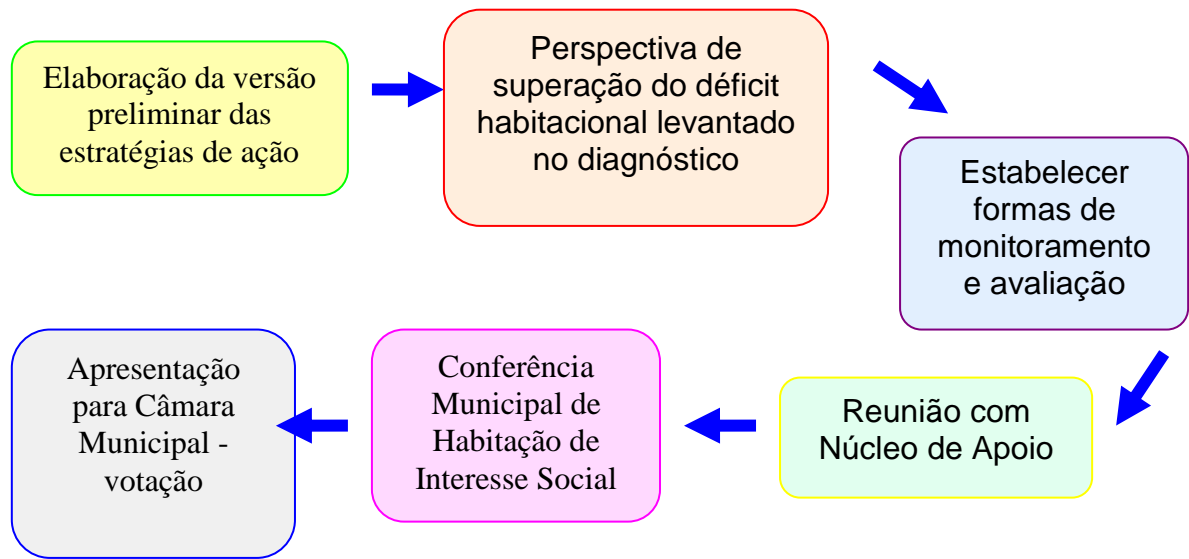


Figura 3: Fluxograma Etapa III - Estratégia de Ação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

3. Organização do trabalho

3.1. Proposta Metodológica

Esta é a fase inicial do trabalho, o qual se estrutura em duas etapas posteriores (Diagnóstico Habitacional e Estratégias de Ação), as quais foram discutidas com as instâncias da sociedade já constituídas.

O objetivo da Metodologia foi definir exatamente quais atividades deveriam ser desenvolvidas, os procedimentos de execução, o planejamento de todas as ações, pontuando as formas e momentos de participação popular, a composição da equipe técnica e cronogramas físico e financeiro. Para a operacionalidade da metodologia, foram realizadas as seguintes atividades:

- a) discussão sobre o método de trabalho;
- b) construção da equipe;
- c) realização de reuniões da coordenação com a equipe técnica, a fim de elaborar a metodologia;
- d) elaboração do organograma e cronograma geral;
- e) estabelecimento das estratégias e procedimentos de mobilização nos diferentes segmentos da sociedade civil para a participação no processo de elaboração do Plano, com descrição das atividades a serem realizadas;
- f) programação dos encontros para apresentação da metodologia aos segmentos sociais e grupos (por setor) do Município de Marília, os quais participam do processo de elaboração do Plano, como: associações, movimentos sociais, fóruns, redes, sindicatos, federações, entidades empresariais, ONGs, OSCIPs, universidades e entidades profissionais, entre outras formas coletivas de atuação, tendo como intuito dar publicidade à elaboração do PLHIS, bem como receber sugestões, adesões quanto à participação e identificar possíveis fontes adicionais de informação;
- g) reunião dos Coordenadores para apresentação da metodologia e outros elementos do Plano;
- h) elaboração do texto para a divulgação das atividades do PLHIS;
- i) capacitação da Equipe Técnica Municipal;
- j) Encerramento da Etapa Metodológica com a redação final.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

A finalidade desta primeira fase do trabalho foi constituir uma equipe municipal para elaboração conjunta do PLHIS, bem como acordar o método, o plano de trabalho e identificar os agentes e grupos sociais relevantes para o processo participativo do Plano.

Neste momento foi realizada, também, a conscientização das diversas equipes das secretarias municipais de Marília, bem como dos técnicos integrantes do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, garantindo a transparência na realização do processo perante a sociedade civil, a qual possibilitou a reprodução de conhecimentos e dá autonomia aos técnicos da Prefeitura, na elaboração e posterior implementação do PLHIS, fornecendo a multiplicação desses conhecimentos nos diferentes setores administrativos municipais.

O trabalho de elaboração do PLHIS de Marília fundamentou-se na parceria da Equipe Técnica Municipal, do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social e da Assessoria Técnica do INDEP. Este trabalho foi apresentado para a sociedade civil e órgãos públicos e privados ligados ao interesse social e habitacional do Município, os quais sugeriram complementações, que foram incorporadas quando comprovada sua necessidade e viabilidade.

3.2. Estrutura de coordenação e organização dos trabalhos.

3.2. 1 Visita Técnica ao Município Marília

O objetivo principal desta visita foi o reconhecimento preliminar do município de Marília pela Assessoria Técnica, em conjunto com os técnicos municipais, com finalidade de estabelecer contatos com a realidade local e de sua população.

3.2. 2. Reunião com a Coordenação da Prefeitura Municipal

Tal reunião objetivou apresentar a proposta preliminar da metodologia e o cronograma de atividades do PLHIS para discussão e possíveis adequações no conteúdo do trabalho. Outros assuntos abordados, necessários para a continuidade das atividades, foram:

- ✓ estabelecer os critérios para a composição da Equipe Técnica Municipal;
- ✓ definir o papel do Conselho Gestor do FHIS de Marília no acompanhamento do processo de construção do PLHIS, priorizando o papel de mobilização e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

articulação das entidades, instituições e associações já vinculadas à sua estruturação funcional.

Para criação da Equipe Técnica de Coordenação da Prefeitura Municipal, foi analisado, primeiramente, quais secretarias deveriam fazer parte do processo de construção do PLHIS. Em seguida, estabeleceu-se que dois profissionais de cada órgão participariam, sendo um titular e um suplente.

Esta reunião também teve o objetivo de preparar a primeira reunião com o público, assim como apresentar e acordar o roteiro para a realização do encontro e definir tarefas entre os diferentes responsáveis pela realização da mesma. Foram definidas as formas de garantir a participação da sociedade civil organizada e envolvida com as questões habitacionais.

Foram realizados vários encontros durante todo o processo de elaboração do PLHIS, com a equipe de coordenação, os quais objetivaram avaliar as estratégias adotadas e restabelecer novas ações, principalmente nas relacionadas a participação social.

3.2 Atribuições e responsabilidades das Equipes de Trabalho

A definição de competências para o desenvolvimento dos trabalhos se deu através da reunião com representantes da Prefeitura Municipal e sociedade civil. Sua finalidade foi a de estabelecer um canal de comunicação e entrosamento com os Técnicos da Secretaria Municipal. Definiu-se a constituição da equipe de Coordenação Municipal do PLHIS, que representou a Prefeitura Municipal de Marília, com um titular e um suplente, ambos pertencentes à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Discutiu-se também a necessidade de criação da Equipe de Técnicos Municipais, composta pelas diversas secretarias da Prefeitura e Núcleo de Acompanhamento, com a integração da sociedade civil organizada e o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social de Marília, definindo as suas atribuições. Desta forma, a estrutura de coordenação promoveu a organização dos trabalhos para elaboração do Plano, conforme organograma abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

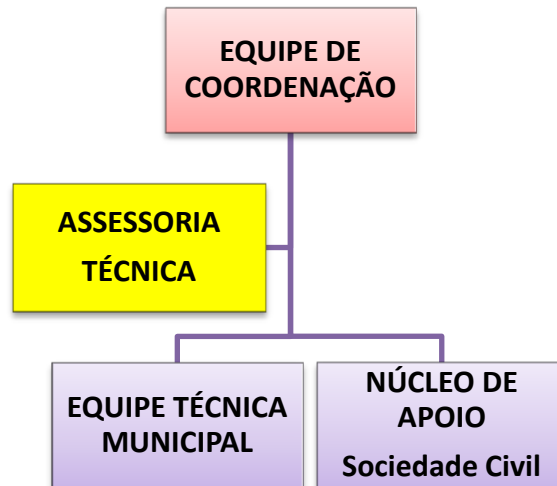


Figura 4: Organograma da Estrutura de Organização do PLHIS-Marília

3.2.1 Atribuições e responsabilidades da Equipe de Coordenação:

- ✓ propor o desenvolvimento de todas as etapas, estabelecer o cronograma e dirigir os trabalhos e reuniões;
- ✓ definir e desenvolver, em conjunto com a Equipe Técnica de Consultoria, a participação da sociedade, bem como consultar as entidades representativas e conselhos pertinentes;
- ✓ responder por todos os assuntos pertinentes ao PLHIS de Marília, bem como promover a articulação entre a Assessoria Técnica e as Equipes de Trabalho;
- ✓ contribuir para o desenvolvimento da metodologia, prover meios para a discussão dos temas e auxiliar a equipe técnica de apoio municipal na etapa do diagnóstico;
- ✓ assegurar os canais de participação da sociedade civil em todas as etapas de elaboração do PLHIS;
- ✓ mobilizar a sociedade civil, informando-a, por intermédio da imprensa, utilizando-se de meios de comunicação variados, como a internet, jornal, rádio, cartazes, faixas e folhetos para ampla divulgação dos trabalhos;
- ✓ coordenar, supervisionar e homologar os trabalhos executados pela Equipe de Consultoria, necessários à consecução do objeto contratado, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos contratualmente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- ✓ auxiliar no levantamento de dados e informações para formulação de documentação;
- ✓ manter atualizados os nomes dos componentes da Comissão de Apoio Técnico Municipal e do Conselho Gestor do FHIS, visando à agilidade dos trabalhos;
- ✓ convidar e mobilizar todos os membros que compõem a Equipe Técnica Municipal, o Núcleo de Apoio e o Conselho-Gestor do FHIS;
- ✓ fornecer espaços físicos com estrutura e recursos audiovisuais para a realização das reuniões, oficinas e eventos;
- ✓ garantir a divulgação dos eventos relacionados ao PLHIS, como elaboração e distribuição dos convites.

3.2.2 Atribuições e responsabilidades da Assessoria Técnica:

Ao INDEP – Instituto de Desenvolvimento Pessoal cabe a assessoria técnica em todas as etapas de construção do PLHIS de MARÍLIA, sendo:

- ✓ elaborar a versão preliminar da proposta metodológica do PLHIS;
- ✓ capacitar os atores institucionais;
- ✓ contribuir para o desenvolvimento da metodologia, prover meios para a discussão dos temas em parceria com a Coordenação, Equipe Técnica Municipal e Núcleo de Apoio na etapa do diagnóstico;
- ✓ fornecer informações periódicas sobre o andamento dos trabalhos para a equipe de coordenação municipal;
- ✓ levantar dados e informações para formulação de documentação;
- ✓ elaborar a documentação dos produtos de cada etapa como: Metodologia, Diagnóstico e Estratégias de Ação do Plano, bem como encaminhar seus resultados para a Prefeitura Municipal de Marília.

3.2.3 Atribuições da Equipe Técnica Municipal:

A Equipe Técnica Municipal foi composta por servidores das secretarias, devidamente designados, com a tarefa de contribuir na elaboração do PLHIS da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- ✓ fornecer material técnico, informações e dados já existentes em suas secretarias e respectivas áreas de atuação para a Assessoria Técnica, a fim de subsidiar na elaboração do plano;
- ✓ trabalhar em consonância com a Equipe de Coordenação e Assessoria Técnica na corresponsabilidade pela elaboração e futura implementação do PLHIS;
- ✓ apoiar e participar das ações necessárias à execução dos trabalhos;
- ✓ auxiliar na validação das informações produzidas;
- ✓ manter atualizados quaisquer dados que tenham ligação com a proposta de trabalho;
- ✓ encaminhar as principais demandas para cada participante da equipe.

3.2.5 Atribuições do Núcleo de Apoio da Sociedade Civil

O Núcleo de Apoio foi criado com vista a acompanhar e contribuir com sugestões para a melhoria e construção do Plano, tendo como sustentação o Conselho Gestor do FHIS para:

- fornecer informações e dados já existentes em sua entidade e/ou bairro e respectivas áreas de atuação para a Assessoria Técnica, a fim de subsidiar na elaboração do Plano;
- mediar a relação com a sociedade civil;
- conhecer a versão preliminar dos documentos de todas as etapas de elaboração do PLHIS (metodologia, diagnóstico e estratégias de ação);
- garantir a ampla divulgação dos encontros;
- homologar a versão final do documento através de Conferência Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

4. Prazos e Custos para execução do trabalho

4.1 Cronograma Físico

A partir destas definições, seguiu-se a construção da estrutura de coordenação e organização dos trabalhos do PLHIS, que ficou estabelecida conforme o cronograma abaixo:

Produtos	Atividades	Prazos
Produto 1	Proposta Metodológica	2 meses após a assinatura do contrato
Produto 2	Diagnóstico do Setor Habitacional	4 meses após a assinatura do contrato
Produto 3	Estratégias de Ação	5 meses após a assinatura do contrato

Produto	Meses				
	1º	2º	3º	4º	5º
Produto 1	X				
Produto 2		X	X	X	
Produto 3					X



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Elaboração da Metodologia	Meses				
	1º	2º	3º	4º	5º
Apresentação da Equipe técnica	X				
Formar a equipe de coordenação técnica que acompanhará os trabalhos do Plano;	X				
Definir a estrutura metodológica de coordenação e organização dos trabalhos para a elaboração do Plano	X				
Definição das atribuições da Coordenação Municipal	X				
Definição de papéis da Assessoria Técnica do INDEP.	X				
Definição das atribuições da Equipe Técnica Municipal.	X				
Definição das atribuições do Núcleo de Apoio do Conselho Gestor	X				
Visita Técnica: reconhecimento preliminar do município de Marília:	X				
Reunião com a Coordenação Municipal para apresentação da proposta preliminar da metodologia.	X				
Reunião Aberta e Capacitação (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio)	X				
Elaboração final do relatório com documentos comprobatórios em anexo do Produto I Metodologia	X				
Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio) para subsidiar a construção do Diagnóstico do Plano		X			
Elaboração preliminar do Diagnóstico Habitacional de Marília		X	X		
Pesquisas documentais através de dados fornecidos pelos órgãos competentes.		X	X		
Construção da caracterização das necessidades habitacionais e de ofertas de moradias.		X	X		
Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio) para apresentação final do Diagnóstico e apresentação da Etapa Estratégias de Ação;			X		
Elaboração final do relatório com documentos comprobatórios em anexo do Produto II Diagnóstico			X		
Elaboração preliminar da Estratégia de ação do PLHIS				X	
Definição das metas, diretrizes e objetivos da proposta do PLHIS, para enfrentamento das demandas com perspectiva de superação do déficit habitacional levantados no diagnóstico.				X	
Estabelecer formas de monitoramento e técnicas de mensuração e indicadores para avaliação e revisão do PLHIS				X	
Audiência Pública de habitação de interesse social					X
Elaboração final do relatório com documentos comprobatórios em anexo do Produto III Estratégia de Ação.					X
Encaminhamento ao Executivo que enviará a CAIXA.					X
Desligamento oficial da Equipe de Assessoria Técnica com as Equipes Municipais					X



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

4.2 Cronograma Financeiro

Os pagamentos obedecerão ao seguinte cronograma:

Tabela 7. Cronograma de Atividade e Desembolso		
Parcelas	Atividades	Valor
Primeira parcela	1ª Proposta Metodológica	No valor de 20% do total (R\$ 11.220,00), na aprovação do Produto 1.
Segunda parcela	2ª Diagnóstico do Setor Habitacional	No valor de 40% (R\$ 22.440,00) do total, na aprovação do Produto 2.
Terceira parcela	3ª Estratégias de Ação	No valor de 40% (R\$ 22.440,00) do total, na aprovação do Produto 3.

PREÇO (R\$ R\$ 56.100,00)

Tabela 8. Previsão de Desembolso de Recursos					
	Total de R\$ 56.100,00				
Etapas/ Produtos					
Etapa I	Mês 1º				
	R\$ 11.220,00				
Etapa II		Mês 2º	Mês 3º	Mês 4º	
		R\$ 22.440,00			
Etapa III					Mês 5º
					R\$ 22.440,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

5. Estratégia de comunicação, mobilização, participação social e formas de publicidades.

A participação popular foi considerada como parte integrante da construção do PLHIS do Município de Marília, visto que seus moradores conhecem sua realidade e seus problemas. Para que fosse realmente eficiente, tal participação foi planejada considerando o mapeamento dos atores sociais e seu grau de mobilização. Ela contou com diferentes instituições sociais, públicas e privadas, como também as experiências bem sucedidas de processos participativos, como: Plano Diretor, Orçamento Participativo, Conferências das Cidades e outras.

5.1 Comunicação e mobilização

De acordo com as atribuições, pactuadas nesta metodologia, compete à administração municipal a divulgação dos eventos, organização e a disponibilização da infraestrutura para garantir qualidade nos trabalhos.

Para melhor mobilização e, além do envolvimento direto do Conselho de Habitação nas discussões e debates, foi sugerido que houvesse também o diálogo amplo com diversos atores sociais que se disponibilizaram a consolidarem as ações durante a elaboração do Plano.

Objetivando garantir a ampla comunicação dos eventos envolvendo o PLHIS, em todas as ações realizadas foram acionadas a imprensa e mídia local, possibilitando a democratização das informações e a transparência no processo de elaboração do Plano. Os canais de comunicação, tanto para o convite como para divulgação das ações, foram:

- convite publicado nos jornais;
- contato telefônico com os atores sociais envolvidos no processo;
- cartas, convites e convocatórios impressos aos atores sociais;
- cartas, convites e convocatórios por email a todos os envolvidos no processo de elaboração;
- matérias publicadas nos Sites eletrônicos;
- faixa dos eventos;
- reuniões em horários noturnos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- reuniões setorizadas (4 regiões da cidade);
- divulgação na Televisão Local;
- divulgação nas rádios locais.

5. 2. Participação social

Foram realizadas várias reuniões de núcleos e grupos sociais, as quais foram incentivadas para que se obtivesse a participação maciça e a total representatividade das vontades. Nesse sentido, coube à Prefeitura Municipal de Marília dar condições para que elas fossem realizadas.

Na etapa final, foi realizada também uma audiência pública e seminário, para discussão e aprovação dos programas, ações e prioridades previamente discutidos com seus representantes e com a administração pública municipal, a qual contou com maior participação de pessoas da sociedade civil.

5.2.1 ETAPA 1: Proposta Metodológica

5.2.1. a) Proposta metodológica

Foi prevista – e realizada - uma reunião Aberta com Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio, com objetivo geral de envolver os atores, compromissando-os com o acompanhamento do diagnóstico e a definição das estratégias de ação. O objetivo específico foi sensibilizar os técnicos de todos os segmentos e secretarias municipais, com a finalidade de definir a Equipe Técnica Municipal, a fim de favorecer a integração entre as diversas áreas do governo local no fornecimento de dados e informações que auxiliaram na elaboração do PLHIS. Também objetivou, discutir assuntos referentes ao Plano de Trabalho e metodologia a ser utilizada pela Assessoria Técnica na elaboração do PLHIS.

O objetivo do encontro com a participação da sociedade civil foi dar início aos trabalhos de elaboração do PLHIS. Apresentando e pactuando a proposta metodológica, ressaltou-se a importância do Plano para o município, visto que este tem por objetivo central buscar soluções para a superação do atual déficit habitacional da população de baixa renda e das famílias que necessitam de subsídios para o acesso à moradia digna.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Também se esclareceu as etapas posteriores para a construção do Plano (o diagnóstico e as estratégias de ação), seguindo assim as orientações propostas no Manual de Apoio à Elaboração do PLHIS disponibilizado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Nesta reunião, foi apresentada a equipe de trabalho, em conjunto com os objetivos, prazos e cronograma para a atuação. Enfatizaram-se os grupos de trabalho criados e as responsabilidades de cada um na elaboração do Plano.

Pontuou-se também que o PLHIS-Marília será utilizado como instrumento orientador das ações do conjunto de atores públicos, privados e demais agentes sociais relacionados ao setor habitacional no equacionamento do déficit habitacional de Marília, e sua elaboração favorecerá o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Analisaram-se também as questões fundiárias, as áreas de expansão, as regiões habitadas por comunidades em fragilidade social, a oferta habitacional e os grupos sociais atingidos. Sinalizando para o fato de que o diagnóstico completo levantará com precisão os problemas a serem resolvidos no setor de habitação.

As reuniões com a participação do Núcleo de Apoio tiveram por finalidade juntar informações acerca da questão habitacional de interesse social junto aos atores sociais, as quais puderam embasar a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social para a cidade de Marília. O encontro teve por objetivo construir, de forma democrática e participativa, elementos para a elaboração do Plano.

5.2.1. b) Capacitação das Equipes Técnicas e Núcleo de Apoio.

As equipes foram capacitadas para participar da construção do PLHIS, permitindo a compreensão de seu papel durante todo o processo. Demonstrou-se também a importância de elaboração do Plano de Habitação Local para a cidade de Marília. Para esta ação, foram trabalhados os seguintes conteúdos:

- ✓ estabelecimento dos objetivos, detalhamento das etapas do Plano e formas de participação das Equipes;
- ✓ estabelecimento das atribuições da Equipe de Coordenação, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio, onde todos são corresponsáveis pela elaboração e futura implantação do PLHIS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- ✓ descrição de como seriam realizadas as atividades de elaboração do Plano e os procedimentos para execução das etapas e produtos;
- ✓ previsão dos dados e informações técnicas que seriam trabalhados para cada uma das etapas, dentro das dimensões de trabalho previstos nesta metodologia.

5.2.2. ETAPA 2: Diagnóstico

5.2.2. a) Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio)

Solicitou-se a disponibilização de dados e informações sobre a situação habitacional do município. Esses dados subsidiaram a construção do diagnóstico social, sendo que sua eficácia foi garantida através da consolidação de análises e debates entre os participantes do processo de elaboração do plano, dos técnicos interagindo com os diversos segmentos sociais, com a reflexão sobre a diversidade da realidade territorial do município de Marília. Os conteúdos trabalhados nesta reunião foram:

- mapeamento dos atores sociais existentes em relação à política habitacional;
- identificação dos programas habitacionais vigentes e sua operacionalização;
- levantamento das prioridades de atendimento em relação à população a ser beneficiada;
- obtenção das sugestões dos participantes;
- nivelamento das informações sobre o PLHIS entre os participantes;
- multiplicação de conceitos e valores sobre a moradia.

A participação da comunidade deu-se a partir da realização de consulta aos órgãos pertinentes à questão habitacional com atuação na cidade de Marília, definindo e caracterizando o campo de atuação de cada um deles e como interferem sobre a questão da moradia no município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

5.2.2. b) Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio)

Teve como finalidade a apresentação do resultado final da etapa 2 (Diagnóstico Habitacional do município de Marília), permitiu a tomada de conhecimento da situação problemática urbana e habitacional da realidade local, bem como discussão preliminar de formas de superação do déficit habitacional quantitativo e qualitativo, assim como outros elementos do diagnóstico. Estas reuniões ocorreram nas cinco regiões da cidade de forma a garantir o maior número de participantes e publicização do PLHIS no município, garantindo a transparência, democratização e controle popular.

5.2.3. ETAPA 3: Estratégia de Ação

5.2.3. a) Reunião Aberta (Coordenação, Assessoria, Equipe Técnica e Núcleo de Apoio)

Foram realizadas reuniões ampliadas, as quais contaram com a participação dos atores listados e dos representantes do governo municipal, nas quais se discutiu e aprovou as estratégias de intervenção que constam no PLHIS.

5.2.3 b) Audiência Pública.

A audiência teve por objetivo a discussão e aprovação do caderno estratégia de ação, para tal realizou-se uma síntese dos problemas habitacionais detectados no diagnóstico. Este momento destinou-se ao fechamento do projeto de elaboração do Plano, com objetivo de potencializar e validar a versão final do documento.

5.3 Formas de publicidades.

Para garantir à participação no processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, foi importante a divulgação das informações, garantindo assim transparência dos trabalhos e dos eventos. A qual se deu de forma abrangente com publicação na imprensa escrita e falada, bem como os demais canais citados anteriormente. Esta veiculação de informações foi viabilizar através das Equipes Técnicas Municipais e da Sociedade Civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Com as reuniões cujo objetivo elaboração do Plano em suas diferentes etapas. As informações foram organizadas e veiculadas de modo compreensível por todos os atores envolvidos no processo, facilitando dessa forma a comunicação entre as partes e o processo de participação.

Na estratégia de comunicação, mobilização e participação da população foi dada importância às reuniões convocadas, bem como para as reuniões de núcleos e grupos sociais independentes das convocadas. Desta forma, tivemos uma atuação democrática e que acrescentou um maior número de vontades por intermédio das lideranças.

As informações do Plano foram divulgadas através dos meios: reuniões, e audiências, documentação técnicas (relatórios, fotos, gráficos, mapas) com apresentação de multimídia, convites, matéria nos jornais, rádios, disponibilização no site da Prefeitura Municipal de Marília.

5.4 Formas de articulação com outros programas e ações.

Para elaboração do PLHIS, foram realizados estudos e articulações com outros programas Municipais, Estaduais e Federais, para apoiar o desenvolvimento institucional do Município de Marília e capacitação do Setor Habitacional. Todo o PLHIS foi pautado e articulado com o Plano Diretor Municipal o que permitiu uma política urbana integrada e eficiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

6. Registro dos eventos

As ações, procedimentos ou eventos descritos na metodologia e nas etapas subsequentes foram registrados tecnicamente em forma de ata e/ou relatório, complementados com listas de presença, cópias dos materiais didáticos, fotos e outros documentos comprobatórios das intervenções realizadas na concretização da elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social.